

A social-democracia europeia e a guerra



Por **JOSÉ LUÍS FIORI***

Os social-democratas, socialistas e os trabalhistas ingleses se transformaram numa força-auxiliar da estratégia militar dos EUA dentro da Europa

“Há fortes evidências históricas de que foi no período em que se consolidou a utopia europeia da “paz perpétua” e se formulou pela primeira vez o projeto de uma ordem mundial baseada em valores e instituições compartidas que se travaram as guerras mais numerosas e sanguinárias da história” (José Luís Fiori, *Sobre a guerra*, p. 95).

Foi no dia 28 de setembro de 1864 que nasceu, na cidade de Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores - chamada de Primeira Internacional - com a proposta de abolir todos os exércitos nacionais e todas as guerras do mundo. A mesma tese pacifista e radical que foi depois referendada pelo congresso da Segunda Internacional, realizado em Paris em 1889, e que depois foi uma vez mais confirmada pelo Congresso Social-Democrata de Stuttgart, em 1907. Apesar disso, no dia 3 de agosto de 1914, a bancada parlamentar do Partido Social-Democrata alemão (SPD) apoiou por unanimidade a entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e aprovou de imediato o orçamento militar apresentado pelo Imperador Guilherme II.

Depois dos alemães, o mesmo aconteceu com os partidos social-democratas austríaco, húngaro, polonês, francês, belga, inglês, italiano, português e espanhol. E com exceção dos social-democratas russos, quase todos os socialistas europeus deixaram de lado o “pacifismo” e o “internacionalismo” de seus antepassados e adotaram a retórica patriótica de seus Estados e governos nacionais durante a Primeira Guerra Mundial.

E já então a maioria dos social-democratas incorporou o tradicional medo dos conservadores europeus com relação ao que consideravam uma ameaça permanente à civilização ocidental, representada pelos “russos” e pelos “asiáticos”. Devem-se destacar, entretanto, algumas dissidências individuais notáveis que se opuseram à guerra ou defenderam a neutralidade dos socialistas, naquele momento, como foi o caso, entre outros, de Karl Kautsky, MacDonald, Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin e Antonio Gramsci.

Depois da Revolução Russa de 1917, e da criação da Terceira Internacional, em 1919, os Partidos Comunistas da Europa e de todo o mundo adotaram uma posição internacional convergente com a política externa da União Soviética frente à Segunda Guerra Mundial (1938-1945), à Guerra da Coreia (1950-1953), à Guerra do Vietnã (1955- 1975), frente às guerras de libertação nacional da África e da Ásia, nas décadas de 1950 e 1960, e frente a todos os demais conflitos do período da Guerra Fria, até o fim da própria União Soviética e a perda de importância generalizada dos partidos comunistas.

Assim mesmo, os partidos comunistas europeus não chegaram a ser governo ou só tiveram um papel secundário de apoio a algum governo de coalisão, e não tiveram que formular uma política externa própria dentro da “Europa Ocidental”. Mas este não foi o caso dos partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas, que seguiram um caminho completamente diferente, desde o primeiro momento em que foram governo, e muito mais ainda durante e depois da Guerra Fria.

Logo após a Primeira Guerra, os social-democratas participaram de vários governos de coalizão na Dinamarca, na Alemanha e na Suécia, entre outros, e os próprios partidos socialistas participaram de governos de Frente Popular

a terra é redonda

Antifascista, na França e Espanha, durante a década de 1930. Em todos os casos, foram governos que acabaram absorvidos pela administração da crise econômica europeia do pós-guerra e pelas consequências da crise financeira dos anos 1930. E em nenhum desses casos, os social-democratas e mesmo os socialistas se destacaram por sua política externa, e quase nenhum desses partidos ou governos tomou uma posição clara de condenação da intervenção militar das grandes potências ocidentais na guerra civil russa, no início da década de 1920, nem tampouco tiveram uma posição unânime contra a intervenção militar dos fascistas italianos e dos nazistas alemães na Guerra Civil Espanhola, na segunda metade da década de 1930.

E mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, os socialistas, social-democratas e trabalhistas europeus não conseguiram formular uma política externa comum e consensual frente ao desafio das novas guerras que se sucederam a partir daí, por três razões fundamentais: em primeiro lugar, porque foram galvanizados pelo início da Guerra Fria, e pela política americana de contenção permanente da URSS que esteve na origem da criação da OTAN; em segundo, porque depois da formação da “Aliança Atlântica” e da criação da OTAN, a Europa foi transformada na prática em um protetorado atômico dos Estados Unidos; e por fim, porque esse protetorado assumiu a forma de uma ocupação militar direta, no caso da Alemanha Federal, sede histórica do principal partido social-democrata europeu.

Estes três fatores deixaram pouquíssimo espaço para o exercício de uma política externa autônoma por parte dos Estados europeus, em particular no caso dos governos social-democratas que se submeteram, na maior parte do tempo, aos desígnios da chamada “Aliança Atlântica” liderada pelos Estados Unidos, e apoiam incondicionalmente a formação da OTAN, adotando muitas vezes uma posição cúmplice com seus Estados nacionais frente às guerras de independência de suas colônias na África e na Ásia.

Salvo engano, a única contribuição original da política externa social-democrata desse período foi a *Östpolitik* proposta pelo ministro das Relações Exteriores e depois chanceler social-democrata alemão, Willy Brandt, no início da década de 1970, que promoveu uma relativa normalização das relações da República Federal da Alemanha com os países da Europa do Leste, incluindo a Alemanha Oriental e demais países comunistas do Pacto de Varsóvia. Mas fora da *Östpolitik* alemã, os socialistas, social-democratas e trabalhistas europeus não estiveram presentes nem apoiaram o projeto inicial de formação da Comunidade Econômica Europeia, que foi concebido e liderado pelos conservadores e democrata-cristãos na década de 1950, e só contou com o apoio dos social-democratas e dos socialistas muito mais tarde, já na década de 1970.

Além disto, esta parte da esquerda europeia apoiou, com algumas exceções honrosas, quase todas as guerras americanas ao redor do mundo, começando pela Guerra da Coreia, submetendo-se ao argumento de George Kennan sobre a “natureza expansiva” e ameaçadora dos russos. Mesmo quando a guerra fosse muito longe da Europa, como no caso da Guerra do Vietnã, que também foi definida pelos norte-americanos como uma guerra de “contenção” do expansionismo comunista na Indochina. Neste caso, a única grande exceção foi a da social-democracia sueca, que se opôs sempre à guerra, ao lado de vários grupos de ativistas e militantes de esquerda em vários países da Europa cuja mobilização cresceu de importância com o passar do tempo e o avanço da resistência dentro dos próprios Estados Unidos.

Mas não há dúvida de que a grande surpresa nesta história um tanto repetitiva foi o comportamento dos social-democratas europeus depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria, em 1991. Apesar de não haver mais a necessidade de “conter” o expansionismo comunista, a maior parte do socialismo europeu seguiu apoiando os Estados Unidos e a OTAN nas suas “guerras humanitárias” da década de 1990, incluindo o bombardeio aéreo da Iugoslávia, em 1999, durante 74 dias seguidos, responsável pela morte de centenas de civis e destruição quase completa da infraestrutura e da economia iugoslava.

E depois, já no século XXI, com raras exceções, os socialistas e socialdemocratas europeus seguiram apoiando as guerras norte-americanas e da OTAN no Afeganistão, no Iraque, na Síria, na Líbia e no Iêmen. Mais do que isto, no caso do Iraque, em 2003, foi o governo trabalhista inglês de Tony Blair que liderou, junto com os Estados Unidos, o bombardeio aéreo, a invasão terrestre e a destruição daquele país, com mais de 150 mil mortos, sem que tenha sido apresentada nenhuma “causa justa” ou motivo legítimo para este ataque devastador feito à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, deve-se destacar, neste caso, a oposição ao ataque anglo-americano por parte do governo social-democrata alemão de Gerhard Schröder.

Quase todos os demais partidos socialistas e social-democratas – defensores entusiastas dos “direitos humanos” – mantiveram seu apoio a essas guerras sucessivas dos Estados Unidos e da OTAN, em nome do combate ao “terrorismo”,

a terra é redonda

concentrado no mundo islâmico do Oriente Médio, do Norte da África e da Ásia Central, apesar de que estas guerras tenham deixado atrás de si um rastro de milhões de mortos, feridos e refugiados que depois foram barrados ou expelidos do próprio território europeu.

Nesse tempo, alguns socialistas e social-democratas mais idealistas acreditaram que as “guerras humanitárias” dos anos 1990 seriam o preço a pagar por um novo mundo pacífico e sem fronteiras, como nos sonhos dos primeiros socialistas europeus do século XIX. Mas no caso da chamada “guerra global ao terrorismo” declarada pelos Estados Unidos, o que se viu foi uma esquerda europeia socialista, social-democrata ou trabalhista inteiramente desfibrada e submetida aos interesses estratégicos dos Estados Unidos e da OTAN.

Resumindo o argumento, hoje se pode afirmar, depois de quase um século e meio de história, que de fato os socialistas e social-democratas europeus nunca tiveram uma posição comum sobre a política internacional, nem jamais praticaram uma política externa independente e diferenciada. Repetiram um discurso retórico de defesa da paz, do pacifismo e dos direitos humanos como valores abstratos e universais, inteiramente descolados dos contextos históricos particulares em que se originaram as guerras, e cada uma das guerras em particular.

Desta perspectiva história de mais longo prazo, não surpreende inteiramente, mas choca negativamente o fato de que nesta nova conjuntura de guerra na Europa, tenha tocado a um governo social-democrata alemão tomar a decisão de rearmar a Alemanha, expandir a OTAN e participar ativamente, ao lado dos EUA e da própria OTAN, de uma nova guerra europeia, dentro do território da Ucrânia.

A poucos dias da comemoração da derrota nazista pelas tropas russas na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha decidiu pagar o preço provável da destruição de sua economia industrial e da implosão da própria União Europeia, mostrando-se inteiramente incapaz e impotente de mediar um conflito que vinha se anunciando há muitos anos e que poderia ter encontrado uma solução diplomática e pacífica dentro da própria Europa.

Porque, na prática, os social-democratas, socialistas e os trabalhistas ingleses, de forma muito particular, se transformaram numa força-auxiliar da estratégia militar norte-americana dentro da Europa.^[1]

***José Luís Fiori** é professor do Programa de pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Autor, entre outros livros, de O Poder global e a nova geopolítica das nações (Boitempo).

Nota

[1] É quase impossível encontrar hoje alguma posição consensual de esquerda sobre qualquer assunto que seja da agenda política internacional. No passado talvez fosse mais simples, mas mesmo assim, nossa pesquisa histórica neste artigo analisa apenas a posição dos partidos social-democratas europeus mais tradicionais, no campo da política externa, e em particular frente ao desafio das guerras. Foram partidos que participaram regularmente de eleições, tiveram bancadas parlamentares e chegaram a ser governo, ou participaram de governos de coalizão, nos séculos XX e XXI. Falamos genericamente da “social-democracia europeia”, mas estamos sempre pensando nas suas três vertentes mais importantes: os partidos social-democratas propriamente ditos, com maior presença na Alemanha e nos países nórdicos; os partidos socialistas, com maior força na França, na Itália e nos países ibéricos; e os partidos trabalhistas, sobretudo o caso inglês, e só mencionamos de passagem os partidos comunistas pelo motivo exposto no próprio artigo. E mesmo no caso das três principais vertentes “social-democratas”, restringimos nossa análise às grandes linhas e diretrizes de suas bancadas parlamentares e de seus governos, reconhecendo que muitas vezes esses governos divergiram da posição de suas direções partidárias, e muito mais ainda, da posição de seus militantes dispersos por uma infinidade de tendências e correntes divergentes.